

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 11 Nº 1 - JAN./DEZ. 1991

A ESSÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Profº Valter Casseti(*)

*"A questão ecológica é o pró-
prio homem, ilhado enquanto
homem".*

Gerd Bornheim

RESUMO

O texto em questão tem por objetivo contribuir para a compreensão dos "fatores internos" que se constituem na essência dos problemas ambientais. Para tal utiliza-se dos diferentes conceitos ideológicos da natureza, justificando a "externalização" como argumento próprio da lógica capitalista. Assim, torna-se possível compreender a "produção da natureza", onde o espontaneísmo dos detentores dos meios de produção, além do envolvimento do próprio Estado, responde pela gênese dos problemas ambientais.

A partir de tais pressupostos teóricos, procura-se analisar o processo de apropriação e transformação da natureza no Brasil, evidenciando a participação do Estado na "organização" do espaço, subjugado aos interesses do capitalismo imperialista. Discute-se ainda a degradação da natureza e da própria sociedade com a política adotada pelo governo militar, bem como o caráter emblemático dos órgãos ambientais instituídos. Nesse momento utiliza-se dos argumentos relativos aos "azares" da natureza como pressupostos ideológicos vigentes.

Finalizando, apresenta algumas considerações quanto as ques

(*) Professor do Deptº de Geografia da UFG

tões ambientais em Goiás, utilizando-se como estudo de caso o Município de Crixás.

Em síntese, o desejo é o de demonstrar que a questão ambiental é antes de tudo um problema social, onde o valor de troca ao mesmo tempo que responde pela intensa degradação da natureza, implica no aprofundamento do antagonismo de classes.

UNITERMOS: Meio Ambiente/Ecologia Social/Política Ambiental

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental se tornou um dos mais importantes temas desse final de século. Contudo, a análise do problema ambiental não assumiu, na mesma proporção, a evolução necessária. Seja pela limitação imposta pelo ranço positivista que ainda norteia tanto as ciências humanas como as naturais, seja pelo elitismo representado pela classe intelectual, que restringe a necessária compreensão da essência do problema ambiental pela sociedade, sobretudo da parcela representada pelas forças produtivas.

O objetivo da presente análise é de oferecer alguns subsídios que se consideram indispensáveis para o entendimento do problema em sua totalidade. Esse motivo implicou na necessidade de se apresentar alguns conceitos básicos sobre a natureza, a partir dos quais tornou-se possível discutir as relações processuais que os norteiam.

Deve-se considerar ainda que é indispensável compreender a concepção da natureza ideologicamente, uma vez que não existe ciência sem uma fundamentação ideológica, assim como não existe sociedade de que não esteja vinculada a um modo de produção ideologicamente concebido.

2. HISTÓRICO SOBRE O CONCEITO DE NATUREZA

O homem, ao surgir como "sapiens" em algum momento do pleistoceno, inicia o processo de apropriação dos recursos oferecidos pela

la natureza, visando a sua própria subsistência. Contudo, essa apropriação é feita de diferente forma ao longo do processo histórico, considerando as limitações relativas ao conhecimento da mesma, bem como ao grau de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, indispensáveis a essa mediação.

A título de exemplo, na pré-história, individualizada pelo não-científico, a natureza apresentava uma concepção mágica e deificada. Tal concepção levou ao antropomorfismo da natureza através da religião e ao fisiomorfismo do homem pela magia.

Na cosmologia grega, a natureza possuía um estatuto próprio, onde a concepção orgânica aparece pela primeira vez. O homem está situado na natureza.

Na idade moderna, a partir da sistematização do conhecimento, a natureza começa a ser concebida como algo externo, o que caracteriza a nova concepção ideológica imposta pelo surgimento do capitalismo.

A emergência do capitalismo industrial é a maior responsável pelo surgimento da concepção externalizada sobre a natureza, na qual essa incorporada pelo próprio processo de sistematização das ciências, que se pautou pelo princípio baconiano de "conhecer a natureza para dominá-la".

Como se sabe, o sistema de produção capitalista altera de forma radical as relações de produção, razão pela qual torna-se indispensável proceder a alienação dos meios de produção e da própria força de trabalho como forma de acúmulo de capital. Deve-se observar ainda que promovendo as mudanças nas relações de produção, tem-se o conseqüente apoio de superestrutura, considerando as relações dialéticas entre ambas ou relações de interdependência, o que se manifesta não apenas através da estrutura jurídico-política, como também ideológico-cultural, momento em que a ciência passa a se constituir em instrumento de apoio ao próprio sistema.

A concepção de natureza externalizada passa a se desenvolver nas mais variadas nuanças, chegando a ser evidenciada de forma dualística por Kant: a natureza interior dos seres humanos e a natureza exterior aos mesmos, entendida como ambiente social e físico.

A idéia de natureza externalizada se caracterizou portanto, como forma de natureza hostil, que tinha uma função social de legitimar o ataque à natureza, conforme pode ser evidenciado pelo próprio princípio baconiano. Como se sabe, além de legitimar o ataque ou a "dominação" da natureza, tal concepção promove a alienação do trabalhador com relação à própria natureza, uma vez que o exime do processo produtivo. Portanto, a natureza como objeto de trabalho, as sim como os instrumentos de trabalho que compõem os meios de produção são privatizados, ou seja, pertencem aos detentores do capital, o que implica diretamente no antagonismo de classes.

O conceito de natureza universal ou natureza poética é desenvolvido nos Estados Unidos, à partir do Século XIX, como forma de incentivar o processo de ocupação do oeste americano. O objetivo por tanto, era o de apagar a visão de natureza hostil, evidenciada na concepção de natureza externalizada, e resgatar uma visão de natureza virtuosa.

Mais uma vez os interesses ideológicos do sistema se fazem presentes, incentivando o processo de ocupação de áreas consideradas "devolutas" (outro conceito com conotação ideológica, que tem por objetivo desconsiderar a existência do próprio índio) e permitir a transformação de tais espaços em "mercadoria".

Conforme o historiador George Mowry, o entusiasmo pela natureza e pelo meio ambiente, representava uma nostalgia ecológica que "era politicamente conveniente para as classes economicamente dominantes dos EUA, para fomentar as virtudes rurais".

Em síntese pode-se considerar que a mudança de visão de natureza não promoveu diferença de relacionamento e sim, serviu para legitimar ainda mais o ataque vinculado às relações de produção.

Para Smith (1988), a natureza é muitas vezes concebida como feminina. "As mulheres são postas em pedestais somente quando a sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. Mas as mulheres não podem nunca ser completamente exteriores, uma vez que nelas reside a fertilidade e os meios biológicos de produção. Neste sentido, elas se tornam elementos de natureza universal, mães e nu-

trizes, possuidoras de uma misteriosa intuição feminina e assim por diante" (p. 43).

O conceito de natureza unificada ou não externalizada foi discutida por Marx, que procura mostrar através do materialismo dialético a unidade interdependente entre natureza e sociedade, como base nos princípios do desenvolvimento social e da unidade do mundo material.

Para isso conceitua a natureza em dois momentos históricos:

- a) uma primeira natureza, na qual o homem está presente, embora utilize a mesma como valor-de-uso, ou seja, o trabalho humano se constitui no elemento mediador da relação homem-natureza com a finalidade exclusiva de proporcionar as bases indispensáveis à própria sobrevivência. Nesse momento a natureza é tida como meio de produção sem qualquer preocupação com a formação de excedente;
- b) a segunda natureza caracteriza uma situação de valor-de-troca, que surge com a formação do excedente, momento em que este se converte em mercadoria negociável gradativamente se transforma em fator de acúmulo de capital. A partir de então, acelera-se o processo de desenvolvimento das forças produtivas, com o apoio da própria ciência, responsável pela evolução dos instrumentos de trabalho, alterando de forma substancial a produção da natureza.

Portanto, o conceito de natureza de Marx contesta a idéia de natureza como substrato material preconizado pelos defensores da natureza externalizada, e passa a entendê-la como produto social.

3. PRODUÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE

O despertar para as questões ambientais parece estar vinculado à redescoberta do marxismo nos anos setenta, envolvendo o retorno aos fundamentos básicos. Tal retomada acontece de forma tardia, uma vez que a aceleração do processo de divisão internacional do trabalho se dá logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo imperialista estabelece uma nova reordenação dos espaços.

Tal fato pode contudo ser justificado particularmente nos Estados Unidos, pelo McCarthismo e anticomunismo auto-imposto nas uniões e secções do movimento socialista, que diminuíram a amplitude e a influência das idéias marxistas no período pós-guerra. E por extensão, deve-se considerar que a dependência econômica (caso do Brasil) gera dependência ideológica, representando os interesses do sistema.

A partir de então, novas concepções sobre a economia política começam a servir de argumento para se contestar o sistema vigente, momento que a questão ambiental assume importância, uma vez que esta não pode ser desligada da questão política, que automaticamente envolve o econômico e o social.

Apesar desses fundamentos não necessariamente implicarem ortodoxia, algumas correntes com a Escola de Frankfurt, trataram a natureza como resultante da dominação determinada pela condição humana. Deve-se observar que a responsabilidade pelos problemas ambientais é atribuída à condição e não ao modo de produção, ao mesmo tempo em que deixa de oferecer qualquer perspectiva de mudança de tais relações ao considerar a natureza dominada, se constituindo em puro argumento de simples "reforma" em detrimento do "revolucionário". Conforme Smith (1988), "ao invés de dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de produção da natureza. Enquanto o argumento da dominação da natureza sugere um futuro sombrio, unidimensional e livre de contradições, a idéia de produção da natureza sugere um futuro histórico que ainda está para ser determinado pelos eventos e pelas forças políticas e não pela necessidade técnica" (p. 65).

A idéia de produção da natureza é paradoxal, mesmo na sociedade capitalista. "A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese de atividade produtiva humana" (Smith, 1988, p. 67).

Em sua aparência, a paisagem material apresenta-se como substratum material da vida diária. Contudo, com o progresso de acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse substratum natural torna-se cada vez mais produto social. É portanto na produção da natureza que se fundam e se unem os valores-de-uso, os valores-de-troca e o espaço da sociedade.

Como se sabe, o trabalho se constitui no elemento mediador entre o homem e a natureza, o que inclusive diferencia o ser humano dos demais animais. A partir do momento em que, através do trabalho, o homem começa a gerar o excedente, acaba implicando uma divisão do trabalho. Essa divisão, com o intuito inicial de criar mais excedente para um estágio primitivo de comercialização, determina a divisão social do trabalho, momento em que se individualiza a primeira divisão de classe: uma que, através do trabalho, promove o referido excedente e outra que não trabalha e que utiliza esse excedente como mercadoria.

Nesse momento, a produção que tinha por objetivo exclusivo suprir as necessidades inatas de quem produzia, se converte em "mercadoria". Portanto, o que era puro trabalho se converte em relações humanas determinadas pela divisão. O que era uma primeira natureza se converte em uma segunda natureza. O que era valor-de-uso se converte em valor de troca.

A evolução histórica dos diferentes modos de produção acaba culminando no sistema de produção capitalista da natureza, onde a produção crescente de mercadoria tem como objetivo o acúmulo crescente do capital, o que é feito através da "mais-valia", da alienação da natureza e do envolvimento do Estado na organização da produção.

A produção da força de trabalho, como qualquer mercadoria, é susceptível às flutuações periódicas do processo de acumulação. Portanto, a força de trabalho, responsável pela materialização da produção resultante dos meios de produção privatizados (a terra como objeto de trabalho e os demais elementos que integram os instrumentos de trabalho) responde diretamente pela acumulação do capital através da "mais-valia", que corresponde ao sobretabalho destinado à produção de determinada mercadoria. A "mais-valia" se caracteriza portanto como sustentáculo do sistema capitalista, o que é preservado à custa de um processo de alienação e conseqüente imposição de estrutura jurídico-política que controla tais "forças".

A "alienação universal" sobre a qual Marx escreve (The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844, p. 106-19), mostra que os seres humanos tornaram-se, através da história progressivamente

mais alienados "(1) do produto do trabalho (do mundo dos objetos e da natureza); (2) da atividade da produção (como perderam o controle dos meios de produção); (3) de sua própria e inerente "espécie" (que se baseia no sentido pelo qual os seres humanos são uma parte da natureza, e por isso têm uma natureza humana) e (4) de si próprios (como cada indivíduo assume uma identidade e é forçado a competir mais do que a cooperar com os outros)" (Harvey, 1980, p.134). Portanto, o processo de alienação implica na individualização do trabalhador como alternativa de subsistência, o que acaba respondendo diretamente pela formação do exército de reserva, que em última instância se constitui em elemento de controle do próprio salário (relação oferta-procura).

Como se sabe, o Estado envolvido diretamente com as relações de produção, o que pode ser justificado pela troca de favores (os que detêm os meios de produção patrocinam campanhas eleitorais para obterem as "banesses" do próprio Estado), define uma superestrutura de apoio à manutenção do sistema. Tal fato pode ser exemplificado pela formulação de leis que submetem os trabalhadores às imposições das relações de produção, chegando inclusive a controlar a própria composição da família: ele maneja a opressão da mulher através do casamento e das leis do divórcio, da legislação sobre o aborto, das leis de herança e assim por diante.

Em síntese, a acumulação do capital na produção capitalista responde pela natureza universal da produção. É nesse processo de apropriação e transformação da natureza, com o intuito de produzir cada vez mais que se evidencia o processo de dilapidação do próprio ambiente.

O Problema Ambiental

O problema ambiental nasce portando da perspectiva de apropriação e transformação da natureza de maneira espontânea, ou seja, onde a natureza é vista como efeito útil e imediato, indispensável ao acúmulo do capital.

A necessidade de se entender tais questões torna-se fundamental para a superação das falsidades ideológicas que são impostas pela superestrutura, responsável pela crescente alienação.

A filosofia positivista utilizada pelo sistema, determina através do ensino, o desenvolvimento de uma lógica formal em detrimento da dialética. A teoria do conhecimento idealista leva à alienação da consciência ao utilizar o pensamento como forma diferencial do grau de conhecimento, ao invés de estabelecer a mesma através da oportunidade da "práxis". A fragmentação do conhecimento e a independência dos fenômenos caracterizam a estrutura das idéias como forma restritiva à formação de uma visão globalizante dos fatos. O poder da mídia, sujeito aos interesses do sistema, mascara as notícias ou simplesmente deixa de divulgá-las quando questionam o Estado ou as próprias relações de produção.

Portanto, a alienação se constitui em importante instrumento para a manutenção do sistema, o que inclusive mascara a responsabilidade das relações de produção, sob a tutela do Estado, no agravamento crescente das condições ambientais. A evolução dos problemas ambientais é proporcional a intensificação da produção da natureza, que se individualiza pela histórica espontaneidade.

Em síntese, torna-se necessário deixar de se atribuir simplesmente ao homem a responsabilidade pelos problemas ambientais produzidos, pois assim sendo, estará se promovendo o mascaramento da exclusividade daqueles que detêm os meios de produção e consequentemente determinam a forma de apropriação e transformação da natureza. Concordar com a responsabilidade, diluída na sociedade, pelos problemas ambientais produzidos, é atribuir ao trabalhador a culpa pela degradação da natureza, uma vez que ele é que materializa o processo produtivo.

Assim, o problema ambiental se materializa através das forças produtivas, ou seja, onde se dá a relação entre o homem e a natureza, ou mais especificamente, entre a força de trabalho e os meios de produção; contudo, a responsabilidade pela forma de relação materializada nas forças produtivas é atribuída às relações de produção, onde se manifestam as relações entre os próprios homens, onde se estabelecem a forma de propriedade, as relações de trabalho e a forma de distribuição e troca dos produtos. Portanto, aqueles que integram relações de produção é que definem as relações do homem com a natureza, momento que os problemas ambientais se materializam. Deve-se considerar ainda, que tais efeitos se materializam com o res-

paldo ou consenso do próprio Estado, caracterizando-o como co-responsável.

4. A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Os problemas ambientais no Brasil aparecem com o processo de ocupação do continente, uma vez que a concepção de país colônia implicava o conceito de propriedade que lhes permitia o direito de saque, predação, submissão e extinção da nação indígena. Portanto, a organização da economia brasileira se dá em função da apropriação capitalista do espaço, materializada na expansão econômica da Europa, que cria uma nova economia: a economia comercial que mais tarde se constituirá nas economias subdesenvolvidas.

Os maiores problemas ambientais observados foram registrados com a devastação de parte significativa da mata atlântica, no nordeste brasileiro, que cedeu lugar ao desenvolvimento dos canais. Tal fato se reproduziu no sudeste brasileiro com a introdução do café, a partir do vale do Paraíba, em direção ao interior de São Paulo, atingindo mais tarde o noroeste paranaense, cujo grau de degradação dos solos, em determinados locais, ultrapassou o limiar de recuperação, implicando até mesmo em desertificação.

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo imperialista estabelece uma nova divisão internacional do trabalho, que passa pela industrialização imposta na regionalização dos espaços geográficos. Enquanto a manifestação industrial iniciava no sudeste brasileiro, a produção agrícola e mineral gradativamente se processava em direção ao interior do continente, cuja produção tinha por objetivo atender as necessidades do mercado externo, ou seja, do capitalismo central.

As investidas das "marchas para o oeste" do governo Vargas acabaram se efetivando, mais tarde, com a fundação de Brasília.

Com o golpe militar de 1964, dois PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) foram instituídos, que reforçaram os interesses do capitalismo internacional, sob argumento de "integrar para não entregar":

CASSETI, Valter. A Essência da Questão Ambiental - Boletim Goiano de Geografia. 11(1).1-23. Jan./Dez.1991.

- expansão das fronteiras agrícolas, visando sobretudo a produção de grãos para exportação;
- produção de recursos minerais, visando os interesses do mercado externo;
- desenvolvimento de infra-estrutura indispensável a referida produção, como indústrias de fertilizantes e defensivos agrícolas, de capital externo, obras de grande potencial financiadas por bancos internacionais, com o objetivo de atender principalmente os interesses de empresas estrangeiras (caso da hidrelétrica de Tucuruí, entre outros).

A partir de então, apesar da existência de um "estatuto da terra" que tinha por objetivo desencadear o processo de reforma agrária no Brasil, o governo militar acaba optando pela destinação das terras consideradas devolutas (argumento ideológico que desconsiderava a existência de índios e posseiros em tais regiões) a grupos econômicos de capitais nacional e transnacional. Tais empresas (como BCN, Bradesco, Volkswagen, Liqueigás...), além de agraciadas com extensos latifúndios, são financiadas a juros subsidiados para incrementar a produção capitalista de exportação nas regiões centro-oeste e norte do Brasil. Contudo, a concepção rentista transforma tais latifúndios em "reserva de valor" ou simples desenvolvimento de projetos agropecuários, que de "agro" não tinham nada, no dizer de Valverde (1988).

Tal fato não deixou de trazer graves problemas ambientais relacionados a extensos desmatamentos, sem qualquer preocupação ecológica, além do intenso massacre de índios e posseiros sobretudo na região do Araguaia e Tocantins. O Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - foi criado com o intuito de resolver os conflitos existentes, assumindo uma postura de defesa dos interesses do próprio Estado que correspondeu aos dos empresários.

A política de concentração da terra acaba implicando não crescente êxodo rural, que mais tarde é agravado pela "modernização" agrícola (capitalização da agricultura). Tal fato implica a origem do bôia-fria, no agravamento dos problemas urbanos, no processo de

favelização, no crescimento da economia informal, na aceleração do processo de garimpagem e no próprio crescimento do índice de marginalidade.

Os problemas ambientais foram sentidos ou agravados com aberturas de estradas, como a Transamazônica, além da implantação, sem qualquer planejamento dos denominados núcleos de colonização. O conhecimento da região levou a outras práticas predatórias como o garimpo, que contribuíram para a sujeição e massacre dos próprios índios.

O Projeto RadamBrasil teve uma importância histórica quanto ao levantamento dos recursos existentes principalmente na região Amazônica, o que motivou o processo de exploração de minérios por empresas de capital estrangeiro, o que sem dúvida deixou sequelas irreparáveis na natureza, uma vez que a preocupação ambiental deixa de ter qualquer importância, sobretudo em território subordinado ao capitalismo central.

O Estado de Goiás, por encontrar-se representado por eventos tectogenéticos que propiciaram importantes ocorrências sobretudo de minerais metálicos, associadas a faixas vulcano-sedimentares ou intrusões de rochas básico-ultrabásicas, se constituiu em centro das atenções, não somente com relação a atividades de garimpo, que inclusive marcou o início do processo de ocupação, como também por mineradoras. Apesar do garimpo ter respondido por efeitos ambientais irreparáveis, principalmente ao longo de importantes cursos d'água, as mineradoras não tiveram até então, maiores preocupações com relação a uma prática de manejo adequado, o que evidencia a concepção de natureza externalizada.

Contudo, o despertar para as questões ecológicas após a década de setenta, tem gradativamente proporcionado ou exigido uma preocupação maior com relação à espontaneidade com que a natureza estava sendo tratada.

A expansão da agropecuária também tem respondido por sérios problemas, não apenas de natureza pedológica como determinados pela crescente contaminação do sistema fluvial por agrotóxicos. A ocupação de extensos pediplanos em Goiás demonstram a espontaneidade de

uso, onde até mesmo as matas ciliares são destruídas, implicando a soreamento dos cursos d'água e favorecendo o processo de erosão laminar, além do observado efeito eólico. Apesar das legislações federal e estadual imporem certas limitações de uso dos recursos naturais, mais uma vez se constata o descaso das relações de produção, que em última instância vincula-se ao conceito de natureza externalizada.

A Participação do Aparelho Estatal nas Questões Ambientais

A histórica sujeição do Estado aos interesses das relações de produção sofre algumas alterações sobretudo a partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que acabou culminando no Brasil, com a criação da Sema. Apesar da demagogia do governo ditatorial, a Supren - Superintendência de Recursos Naturais, criada em 1973, dissocia a questão ambiental da realidade econômica através da noção de desenvolvimento a qualquer preço. Portanto, as Semas que se multiplicam gradativamente nos estados, acabam assumindo um caráter muito mais simbólico do que comprometimento com os problemas ambientais.

Na realidade, a política adotada à partir de 1964, e sobretudo a partir de 1974 acelerou o processo de degradação dos espaços rurais e provocou alteração substancial da qualidade ambiental das áreas urbanas, gerando antagonismo entre infra-estrutura de serviços e ambiente ecológico, o que respondeu pela importância gerencial dos municípios. Tudo isso sem considerar o grau de deterioração do nível social, onde o processo de favelização assumiu proporções sem precedentes.

Uma das primeiras iniciativas concretas com relação à questão ambiental assumida pelo Governo Federal, pode ser considerada a Resolução 01/86 do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, que teve por objetivo atender as determinações do Banco Mundial em atenuar a espontaneidade de uso da natureza, exigindo para uma série de atividades listadas em seu Art. 2º, a elaboração de Estudo dos Impactos Ambientais, com parecer de equipe técnica idônea e de autonomia reconhecida.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Brasileira, que pela

primeira vez incorpora um capítulo específico sobre o Meio Ambiente (Cap. VI, Título VIII), o que foi seguido pelos diferentes estados da federação, como o de Goiás (Cap. V Título V - Da Proteção dos Recursos Naturais e de Preservação do Meio Ambiente).

Logo a seguir foi instituído o Prad - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, através do Decreto 97.632/89, que teve por objetivo complementar os dispositivos do Art. 225 da Constituição Nacional, ou seja, exigindo a elaboração de estudos para recuperação de áreas degradadas por atividades de mineração.

Esse conjunto de leis, que atenderam grande parte das reivindicações das diferentes entidades ambientalistas, na realidade não apresentaram a eficiência desejada por vários motivos, dentre os quais destacam-se:

- a) proliferação indiscriminada da empresas ambientalistas para atender as exigências dos documentos acima considerados, que implicou em grande concorrência e conseqüente degradação da própria qualidade dos trabalhos, "responsabilizados" por técnicos despreparados. As empresas ambientalistas, em grande parte, assumiram uma função de verdadeiros "despachantes" a que tinham e têm por objetivo, intermediarem a autorização de funcionamento do empreendimento através do órgão fiscalizador;
- b) limitações do órgão fiscalizador quanto ao cumprimento das exigências dos referidos instrumentos, por carência de pessoal especializado e equipamentos indispensáveis. Tal fato justifica o caráter emblemático do órgão, que carece de maior autonomia financeira e política.

Conforme se considerou em outro momento, o envolvimento do Estado com as relações de produção, estiola a possibilidade de uma ação mais efetiva contra a crescente degradação ambiental, uma vez que quando esta não é produzida pelos detentores dos meios de produção, encontra-se determinada pelo próprio Estado. Como exemplo, a concessionária estatal Saneago se constitui na maior poluidora dos mananciais ao despejar os esgotos domésticos nos mesmos, sem qualquer processo de tratamento prévio.

Apesar dos esforços daqueles que se dedicam aos órgãos de defesa ambiental, apesar das restrições consideradas anteriormente, tais secretarias ou "fundações" não deixam de apresentar um caráter emblemático, ou seja, um instrumento demagógico, de fachada, se constituindo em escudo do governo para "demonstrar" à sociedade a sua preocupação ambiental.

5. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS E A IDEOLOGIA DA NATUREZA

Apesar das preocupações ambientais a partir da década de setenta, poucos foram os resultados obtidos na prática. Contudo a popularização das questões ambientais se constituiu em ponto positivo, que de certa forma tem respondido pela resolução de problemas pontuais.

Apesar da natureza estar sendo concebida como algo universal, na realidade continua sendo externalizada, como forma de sujeição da mesma aos interesses dos donos dos meios de produção.

Tal fato pode ser exemplificado através de qualquer atividade de econômica em desenvolvimento. Na agricultura, a expansão do capitalismo em Goiás tem implicado em desmatamento generalizado, que tem respondido pelo agravamento dos processos erosivos dos solos, implicando em assoreamento, ou o próprio efeito eólico constatado que assume cada vez maiores proporções, levando ao prognóstico de possível tendência de desertificação de certas áreas. Ainda o emprego de agrotóxicos tem produzido contaminação dos cursos d'água e do próprio lençol freático, além do efeito alelopático, determinado pela simplificação do sistema ecológico através do desenvolvimento de monocultura para a exportação.

Nas áreas de mineração, as alterações tanto do meio físico quanto biótico, apesar de pontuais, não são menos significativos, chegando muitas vezes a ultrapassarem o próprio limiar de recuperação, principalmente nas lavras a céu-aberto.

Os garimpos, que crescem na proporção de deterioração do nível social, promoveu destruição generalizada do ambiente, além de responder pela degradação da ictiofauna ou mesmo contribuiu para a dis

seminação do processo de contaminação por mercúrio, utilizado na concentração do minério.

Nas áreas urbanas, a contaminação dos cursos d'água por efluentes domésticos e industriais, sem o devido tratamento, a ocupação clandestina ou consensual de áreas de risco que implicam em desmatamentos indiscriminados, além da falta de planejamento adequado, responderam por um quadro caótico, onde o desconforto térmico, as disritmas pluviométricas e a concentração de poluentes atmosféricos completam o ambiente de degradação.

Em todos os exemplos considerados a natureza encontra-se externalizada, ou seja, o objeto totalmente fora do sujeito, apesar de feita como interna. O agravamento dos problemas ambientais dificultam cada vez mais conceber a externalidade da natureza, o que implica no emprego do falso argumento do "azar natural".

Observa-se portanto, três principais caminhos quanto a concepção positivista da natureza nas pesquisas dos azares:

- a) A natureza totalmente separada da atividade humana, o que pode ser exemplificado através de deslizamento de terra, enchentes, tidos como resultantes de operação natural e inevitáveis. "Essa interpretação aceita o azar como natural, significando com efeito que são "atos de Deus", além do domínio das influências sociais" (Smith e O'Keefe, 1980).

Como se sabe, todo esforço produzido pelo uso indiscriminado da natureza tem implicado em sérias consequências, inclusive respondendo pela perda de vidas humanas. Como exemplo, o corte de vertentes em condição biotásica pode implicar em desequilíbrio e consequente encadeamento de processos agressivos, como movimentos de massas, boçorocamentos, assoreamento e outros mais, evidenciando uma nítida interdependência entre os elementos que integram o potencial ecológico (relevo, clima e água) e aqueles da exploração biológica (vegetação, solo e fauna). Portanto, desconsiderando tais particularidades, substima-se a reação da natureza: prática da lógica do capital em detrimento do bem-estar social, seja no sentido de classe ou do ambiente da própria existência.

- b) A ocorrência dos desastres "naturais" como uma interface entre uma população vulnerável e um evento externo, o que não excede a distinção sujeito-objeto. "A vulnerabilidade ao desastre é analisada como se a natureza fosse neutra, de modo que o meio ambiente é azaroso somente quando intersecta-se com o povo" (Burton et Alii, 1978). Por trás desta neutralidade está uma clara alternativa tecnológica que busca controlar os azares "naturais" pela extensão da dominação humana sobre a natureza supostamente externa.

Tal abordagem pode ser justificada através do emprego de técnicas sem a menor preocupação com o funcionamento do sistema natural, tendo por objetivo exclusivo a contenção dos referidos "azares". Por exemplo, o "encaxotamento" de cursos d'água (caso do córrego Botafogo em Goiânia), como alternativa corretiva de problemas gerados a partir da total desconsideração das relações processuais da natureza (assoreamento, contaminação das águas, proliferação de doenças...). Apesar da atenuação dos problemas de saneamento, normalmente constata-se o isolamento do lençol freático, desligando o curso d'água do sistema hidrológico, transformando-o em simples emissário de esgotos.

- c) A dissolução da natureza humana dentro da natureza externa. Trata-se de uma perspectiva Malthusiana, que considera o pobre como sendo o mais afetado na maioria dos desastres, não somente pela falta de recursos, mas especificamente pela tendência de se reproduzir rapidamente. "A lógica Malthusiana conduz a uma política de triagem - a seleção "lógica" - da qual as vítimas devem ser socorridas depois do evento" (Smith & O'Keefe, 1980).

Essa abordagem fundamenta-se nos pressupostos utilizados por Malthus como medidas destinadas a facilitar a ação dos controles positivos: "Seja qual for a taxa de crescimento do meios de subsistência, é uma verdade evidente que estes, ao final de um certo tempo, inevitavelmente colocarão limites ao crescimento populacional pelo menos depois que os alimentos tiverem sido divididos nas frações mínimas necessárias para o sustento da vida. Desse momento em diante, todas as crianças recém-nascidas que ultrapassarem o limite previs-

to para estabilizar a população neste nível terão necessariamente que morrer, a menos que a morte de adultos lhes ceda lugar. Portanto, se quisermos agir corretamente, devemos facilitar a ação da natureza que produz a mortalidade, ao invés de nos esforçarmos inútil e totalmente por impedi-la. E se encararmos com horror a visita por demais frequente desse terrível espectro de fome, mais uma razão para encorajarmos com diligência as outras formas de destruição, compelindo a natureza a fazer uso delas. Ao invés de recomendarmos o asseio aos pobres, conviria estimular os hábitos contrários. Em nossas cidades, deveríamos construir as ruas mais estreitas, apinhar mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo deveríamos construir aldeias perto de poços de água estagnada e, sobretudo, encorajar o estabelecimento de colônias em terrenos pantanosos e insalubres. Acima de tudo, deveríamos condenar o uso de medicamentos específicos que anulam os efeitos devastadores das moléstias, e condenar, também os homens benevolentes, mas profundamente equivocados, que julgam prestar grandes serviços à humanidade quando elaboram planos para extirpar determinadas enfermidades. Se, por esses e outros meios semelhantes, conseguíssemos dilatar a taxa de mortalidade anual, provavelmente qualquer um de nós poderia casar ainda na puberdade e mesmo assim poucos morreriam de fome" (Malthus, 1971, p. 179-180).

A perspectiva Malthusiana, apesar de deprimente, se constitui ainda hoje em um dos recursos adotados sobretudo no terceiro mundo. Tal fato pode ser exemplificado através de Goiânia: em função do prolongamento da avenida Goiãs, atendendo interesses de incorporadora, os moradores daquele local foram transferidos para a planície de inundação do rio Meia Ponte. Apesar do elevado risco daquele compartimento, a Prefeitura Municipal insistiu na referida ocupação, contando com o respaldo por omissão do órgão de "defesa" ambiental. Como pode ser constatado através de inúmeros registros da imprensa local, a população da Vila Roriz é com frequência submetida aos "azares" da natureza, que se manifesta através das enchentes de verão.

A vulnerabilidade ao desastre é determinada pela relação de classe. "A natureza não produz de um lado proprietários do dinheiro ou de mercadorias, e do outro, homens que não possuem nada senão a própria força de trabalho" (Marx, 1967). A divisão do trabalho garante um acesso diferencial à natureza e consequentemente à suscepti

bilidade aos desastres naturais.

Todas as formas de abordagens consideradas se constituem em prática corrente num sistema de relações de produção capitalista, agravadas pela condição de dependência ou onde a estrutura econômica se fundamenta num capitalismo rentista, como o brasileiro.

6. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM CRIXÁS

Os problemas ambientais observados em Crixás encontram-se de certa forma associados ao processo histórico de ocupação de Goiás e intensificados sobretudo a partir da década de setenta com a política de "integração" traçada pelo II PND.

Historicamente sabe-se que o estado de Goiás foi vítima de verdadeiro saque de seus recursos auríferos por ocasião do ciclo da mineração (1722-1804) por diferentes bandeiras, que inclusive foram as primeiras responsáveis por massacres de tribos indígenas.

A partir de então, as áreas garimpadas na época sempre se constituíram em pontos de especulação por aventureiros ou mesmo de interesses de pesquisas minerais, como é o caso dos julgados de Pilar e de Crixás, que hoje assumem destaque.

Conforme se considerou anteriormente, o interesse do capitalismo central em transformar os países do terceiro mundo em áreas fornecedoras de matérias primas, implicou numa ordem econômica nacional, que se efetiva à partir do golpe militar.

Portanto, todas as áreas que apresentavam recursos minerais economicamente exploráveis, se constituíram em centro de atenção por parte dos governos militares, proporcionando inclusive subsídios a empresas que além do "know-how", possuíam acima de tudo capital para investir, o que acabou restringindo a atividade mineradora ao domínio estrangeiro.

Com relação à produção agrícola, o procedimento era parecido, elegendo empresas nacionais e transnacionais para assumirem a nova modalidade agrária, voltada exclusivamente à produção de grãos

para exportação ou produção de carne com o mesmo objetivo.

Diante disso, a reorganização espacial implica em uma série de problemas que vão desde massacre de posseiros e índios, considerados anteriormente, até intenso processo de degradação da natureza como forma de imposição do direito da propriedade - a terra como capital na visão rentista. A grande extensão de pecuária e o processo de mecanização agrícola gradativo, completaram a nova ordem fundiária, o quadro de marginalização da própria sociedade, que ao deixarem o campo vão "inchar" as cidades ou buscarem nova forma de sobrevivência como é o caso dos garimpos.

Portanto, o município de Crixás se estrutura ou se insere nesse contexto, observando-se atividades economicamente históricas como o garimpo e a pecuária, sendo reativadas pela nova ordem econômica a partir da década de setenta, assim como atividade de mineração que se constitui na nova concepção política voltada aos interesses do mercado externo.

Como se sabe, se a pecuária não deixou evidências pronunciadas quanto aos impactos ambientais, o mesmo não pode ser considerado em relação aos garimpos, cuja densidade de degradação processada parece estar relacionada ao agravamento das próprias condições sociais, já mencionadas.

Quanto a atividade de mineração, apesar de uma maior preocupação com relação às formas de lavra, emprego de equipamentos e aproveitamento do minério, o ambiente não tem merecido a atenção necessária, sobretudo ao se considerar a forma de lavra a céu-aberto utilizada pela Metago.

A Mineração Serra Grande, apesar de nessa primeira fase de lavra não ter implicado em maiores alterações ambientais relacionadas à forma de obtenção do minério, por outro, as implantações de suporte evidenciam problemas consideráveis e até mesmo graves, na ótica dos "azares" naturais. Como exemplo, podem ser constatados problemas de erosão acelerada em cortes e aterros, desmatamento indiscriminado de áreas que poderiam ter sido preservadas, bem como ausência de maior controle dos efluentes produzidos, reconstituição vegetal de áreas degradadas, construção de barragem de segurança para rejeitos, dentre outros. Portanto, a falta de um planejamento pré-

CASSETI, Valter. A Essência da Questão Ambiental - Boletim Goiano de Geografia. 11(1).1-23. Jan./Dez.1991.

vio quanto a utilização racional dos espaços implicou e tem implicado em prejuízos ambientais que evidenciam a própria externalização da natureza.

Conforme já se observou anteriormente, a concepção cultural de natureza vincula-se à lógica do capital, cuja externalização se constitui em argumento de alienação da força de trabalho em relação aos meios de produção. Contudo, à medida que se intensifica o processo de apropriação da natureza e conseqüentemente se agravam os problemas ambientais, torna-se cada vez mais difícil sustentar essa externalidade, sobretudo a partir do encadeamento dos "desastres naturais". Nesse momento torna-se indispensável a adoção de medidas que atenuem os impactos, respeitando as relações processuais da natureza em detrimento da adoção de alternativas técnicas para controle dos referidos "azares", utilizando-se da simples extensão da dominação humana.

6. CONCLUSÕES

A visão fragmentada (metafísica) oferecida pelas ciências que tentam disputar a hegemonia do conhecimento ambiental, bem como a análise ambiental fundamentada exclusivamente na aparência se constituem em alguns dos grandes problemas responsáveis pelas restrições concernentes às questões teóricas sobre o tema. Para romper tais limitações torna-se indispensável compreender a análise em sua totalidade, razão pela qual o ambiente deve se constituir em preocupação comum a todas as ciências. Ainda, torna-se indispensável desvendar através da aparência, a essência do problema ambiental, a qual deve se constituir no cerne das atenções e dos ataques para se atingir os objetivos pretendidos.

Por outro lado, também se faz necessário desencadear uma luta política contando com o poder revolucionário das forças produtivas. Não basta portanto apenas o apelo a consciência coletiva, a esperança de uma decisão racional espontânea daqueles que respondem pela degradação do meio ambiente ou do próprio Estado. Torna-se sim, indispensável, travar uma luta política que envolva a sociedade em sua totalidade, capaz de ampliar o poder decisório das forças produtivas em detrimento dos interesses abusivos das relações de produção e do próprio estado.

Em síntese, a questão ambiental é antes de tudo um problema social, intensamente agravado com a divisão do trabalho e por conseguinte, com a conversão da forma de apropriação da natureza de valor-de-uso para valor-de-troca, instituída a partir da lógica capitalista.

RÉSUMÉ

La compréhension des problèmes de l'environnement passe d'abord par la compréhension des "facteurs internes", ceux-ci constituant l'essentiel de la question. Tel est l'objectif de ce texte. Pour en arriver là on a utilisé les différents concepts idéologiques concernant la nature, en justifiant ainsi l'"externalisation" comme argument propre à la logique capitaliste. De ce fait il est possible de comprendre la "production de la nature", où le "spontanéisme" des ceux qui détiennent les moyens de production, y compris l'État, est à l'origine des problèmes environnementaux.

Ayant de telles présuppositions théoriques comme paramètre, on a cherché à analyser le processus de production et transformation de la nature au Brésil en mettant en évidence la participation de l'État dans l'"organisation" de l'espace, celui-ci étant sous le joug, voire la domination, des intérêts du capitalisme impérialiste. On y discute aussi la dégradation de la nature et de la société qui en découle de la politique adaptée par le gouvernement militaire ainsi que du caractère emblématique des organismes chargés du problème de l'environnement. À ce moment on utilise, comme présuppositions idéologiques en vigueur, des arguments attachés aux "hasards" de la nature. Finalement, on présente quelques considérations relatives aux questions environnementales à Goiás, ayant comme étude de cas le munícipe de Crixás.

Pour finir, on souhaite démontrer ici que la question de l'environnement est avant tout un problème social, où la valeur d'échange implique, au même temps qu'elle répond par la dégradation continue de la nature, l'approfondissement de l'antagonisme de classe.

CASSETI, Valter. A Essência da Questão Ambiental - Boletim Goiano de Geografia. 11(1).1-23. Jan./Dez.1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORNHEIN, G. O homem não é um ser natural. Rev. Ambiente, S. Paulo, 4(1): 7-12, Cetesb, 1990.
2. BURTON, I., Kates, R.W. & White, G.F. The environment as Hazard. Oxford University Press. N. York, 1978.
3. DUARTE, R.A. de. Max e a natureza em o Capital. Ed. Loyola, S.Paulo, 1986.
4. ENGELS, F. A dialética da natureza. E. Paz e Terra. São Paulo, 1976.
5. GOMES, H. A questão ambiental: Idealismo e realismo ecológico. Terra Livre, S. Paulo, (3):33-54, Agb, 1988.
6. HARVEY, D. A justiça social e a cidade. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.
7. HOUAISS, A. A predação segundo Houaiss. Rev. Ambiente, S. Paulo, 5(1):7-12, Cetesb, 1991.
8. MALTHUS, T.R. Essay on the principle of population. V.2. Dutton, N. York, 1961.
9. MARX, K. O capital. V.1. N. York. International Publishers, 1967.
10. MONTEIRO, C.A. de F. A questão ambiental no Brasil, 1960-1980. Série Teses e Monografias n. 42, Igeog-Usp, S. Paulo, 1981.
11. SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Ed. Bertrand Brasil S.A. R. Janeiro, 1988.
12. SMITH, N. & O'Keefe, D. Geography, Marx and the concept of nature. Antipode, 12(2):30-39, 1980.
13. VALVERDE, O. Conflitos e equilíbrio ecológico no povoamento em expansão da faixa próxima à Estrada de Ferro Carajás. Pará De desenvolvimento, Belém (23):17-17, jan., julho/1988.